

# Em foco

## Advogados analisam memorando da “Troika” (ALTERAÇÕES À POLÍTICA FISCAL DEVEM SER PONDERADAS “COM PRUDÊNCIA”)

AS MEDIDAS ACORDADAS COM A “TROIKA” NÃO PASSAM INDIFERENTES AOS ADVOGADOS. AS ALTERAÇÕES À POLÍTICA FISCAL CONSTITUEM UM DOS PONTOS MAIS SENSÍVEIS E COM MAIS INFLUÊNCIA NA VIDA DOS PORTUGUESES.

**A** Gama Lobo Xavier, Luís Teixeira e Melo e Associados – Sociedade de Advogados promoveu, na passada sexta-feira, no âmbito da parceria com a Sociedade de Advogados PLMJ, uma Sessão de Estudo subordinada aos temas conexos com o Memorando de entendimento de Portugal com a “Troika” para o resgate financeiro. As alterações previstas em sede de política fiscal concentraram grande parte das atenções, devido ao forte impacto que terão na vida dos cidadãos e das empresas. Por tudo isso, João Magalhães Ramalho considera que todas as mudanças devem ser analisadas e ponderadas “*com prudência*” por forma a se revelarem contraproducentes.

Mexidas no IRS, IVA, IRC e IMI constam do memorando de entendimento e, por conseguinte, estão plasmadas



no programa do Governo PSD/ PP. A forma como serão implementadas ainda não é certa, mas na base da acção do legislador deve estar, segundo João Magalhães Ramalho,

prudência e sensibilidade para que se perceba o alcance de todas as medidas. É preciso garantir que a ânsia e necessidade de obter mais receitas, não acabe por ser contraproducente para famílias e empresas, reduzindo, por um lado, o consumo de forma comprometedor, e a viabilidade e competitividade das organizações, por outro.

No que toca ao IRS, está prevista uma fusão de escalões e a diluição das deduções. Como salienta o advogado, esta é uma medida com efeitos a prazo, cujo impacto só se reflectirá no ano seguinte, aquando da entrega das declarações de IRS. Este é um dos factores que terá forçado o Governo a tomar medidas mais urgentes, como a anunciada tributação extraordinária sobre o subsídio de Natal.

Quanto ao IVA, tem sido veiculado que não haverá aumento de taxas, mas sim um ajustamento dos produtos que compõem os diferentes escalões. João Ramalho, citando o modelo espanhol, é da opinião que seria útil criar uma taxa única para este imposto, que rondaria os 17 por cento. Desta forma, defende, seria possível aumentar a competitividade das empresas.

Já quanto ao IMI é esperado um aumento de

taxas, ao mesmo tempo que reavaliação dos imóveis promete alargar a base tributável e, dessa forma, as receitas para o Estado. A tributação sobre imóveis devolutos ou desocupados também sofrerá um agravamento.

### (APOSTA NA EXPORTAÇÃO E INOVAÇÃO)

Partindo do princípio de que Portugal tem um

sistema fiscal “*em linha com os países europeus*”, o advogado defende que devem ser evitadas mexidas constantes, até porque a instabilidade consequente não é boa para as empresas, nem para a atractividade do país.

João Ramalho alerta que algumas das mexidas que visam gerar mais receitas podem ter um efeito adverso, na medida que poderão influenciar negativamente a competitividade das empresas. No entanto, entende que algumas medidas trarão vantagens. Apesar das ressalvas que faz relativamente à redução da Taxa Social Única, entende que a medida trará benefícios na medida em que promove a competitividade e pode incentivar o emprego, uma vez que reduz os custos do trabalho.

O programa do Governo prevê também apoios às empresas exportadoras e que invistam na inovação e desenvolvimento, bem como incentivos ao reforço de capitais próprios. As empresas exportadoras também serão alvo de uma redução do IRC. As empresas que apostam na investigação e desenvolvimento industrialmente orientado terão incentivos fiscais. ▽

texto // Alberto José Teixeira  
albertojeixeira@expressodoave.com



Expresso do Ave edição 1053 | 22 de Junho de 2011

### Câmara Municipal de Guimarães

#### AVISO

D.O.L. – Divisão de Operações de Loteamento  
Processo n.º 344/09

ANTÓNIO MAGALHÃES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal, faz saber que:

Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 78º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Guimarães emitiu o aditamento de licença n.º 1/09, ao loteamento licenciado pelo alvará n.º 33/08, através do qual é licenciada a alteração aos lotes n.ºs 1, 2, 3 e 4, que incide sobre os prédios sitos no lugar de Pouve, freguesia de Ponte e descritos na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob os n.ºs 3238, 3239, 3240 e 3241/ Ponte e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 4027, 4028, 4029 e 4030, respectivamente, requerido em nome de **JOELMASI - EMPRESA DE CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA.**, pessoa colectiva n.º **505 973 740**, com sede na Rua de S. Martinho, n.º 1637, freguesia de Sande S. Martinho, concelho de Guimarães. Foi aprovado por meus despachos datados de 2009/07/07 e 2009/07/30, respeita o disposto no Plano Director Municipal e consiste na criação de um anexo, alteração do número de pisos e das áreas de construção e volume de construção dos edifícios a levar a efeito nos referidos lotes.

Área total de construção: 1.158,20m<sup>2</sup>  
Volume total de construção: 3.474,60m<sup>3</sup>

Para conhecimento geral se publica o presente aviso em jornal local.

Paços do Município de Guimarães, 2009/07/30  
O Presidente da Câmara  
(Dr. António Magalhães)

Largo Cónego José Maria  
Gomes  
4800 – 419 Guimarães

Departamento de  
Administração Geral  
TEL.: 351 253 421200

FAX: 351 253 515134  
E-MAIL:  
geral@cm-guimaraes.pt

«As Cidades na História» vai atrair investigadores de todo o mundo em 2012

# Guimarães acolhe Congresso Histórico Internacional

Joaquim A. Fernandes  
jafernandes@guimaraesdigital.com

**Guimarães vai acolher no próximo ano o I Congresso Histórico Internacional - As Cidades na História. Na sequência da organização de cinco em cinco anos do Congresso Histórico de Guimarães, este evento vem dar continuidade a esse encontro da comunidade académica, procurando agora juntar investigadores de diferentes partes do mundo. A iniciativa vai decorrer entre 24 e 26 de Outubro de 2012.**

O anúncio foi feito pelo Presidente da Câmara de Guimarães, na última reunião do Executivo Municipal. António Magalhães acrescentou que a Comissão Organizadora entendeu conceder uma dimensão internacional ao evento.

De acordo com o comunicado divulgado pela Autarquia, "a história das cidades é fulcral na investigação histórica, qualquer que seja a abordagem escolhida – População, Economia, Sociedade, Cultura, ou Arte. Lançamos o desafio aos diferentes parceiros europeus de aprofundamento da história das suas cidades na longa duração, constituindo-se como uma importantíssima ocasião de diálogo e de encontro de raízes culturais comuns, com consequências que podem ultrapassar os objectivos científicos de partida".

Segundo a organização, a cidade de Guimarães apresenta-se como anfitriã



apetecível para eventos desta natureza, "não só pelas infra-estruturas culturais de que dispõe, mas por toda a magia da sua envolvência urbana, sendo, na circunstância, em 2012, Capital Europeia da Cultura"

Assim, o I Congresso Histórico Internacional - 'As Cidades na História' poderá ser o ponto de partida para uma larga série de congressos versando a Cidade em que Guimarães se situa como importante plataforma de um desejável diálogo internacional.

O evento que está marcado para Outubro incidirá sobre a temática da «População», considerada a primeira distinção entre mundo urbano e mundo rural. Neste Congresso abordar-se-á a evolução da população urbana em

contextos históricos e geográficos distintos, desde a cidade antiga à cidade do presente a caminho do futuro.

O Congresso vai dividir-se em cinco grandes áreas temáticas: a cidade no mundo antigo, na época medieval, moderna, industrial e transição demográfica e, finalmente, a cidade na época actual. Cada uma destas áreas terá uma sessão plenária estruturada em torno de dois conferencistas, um português e outro estrangeiro, e um conjunto de sessões paralelas de apresentação de trabalhos sobre as respectivas temáticas. O Congresso finalizará com uma mesa redonda sobre a cidade do futuro.

O Congresso não terá língua oficial. Embora a maior parte dos trabalhos

possa vir a ser apresentada em português ou em espanhol, serão bem acolhidas comunicações em francês e inglês, com possibilidade de tradução simultânea. O Congresso é coo-organizado pela Asociación de Demografia Histórica (ADEH), Società Italiana di Demografia Storica (SIDES), Societé de Démographie Historique (SDH) e a Associação Portuguesa de Demografia (APD).

Diogo Freitas do Amaral é o Presidente Honorário do Congresso, enquanto Luís A. de Oliveira Ramos assume o cargo de Presidente do Congresso. Os coordenadores da Comissão Científica são David Reher, da Universidade Complutense de Madrid, e Maria Norberta Amorim, da Universidade do Minho.

Memorando de Entendimento

## Implicações na vida das pessoas e empresas



As implicações do Memorando de Entendimento estabelecido no âmbito do resgate da dívida de Portugal com a troika na vida das pessoas e empresas, foi o tema de uma sessão de estudo promovida na sexta-feira pela Gama Lobo Xavier, Luís Teixeira e Melo e Associados – Sociedade de Advogados de Guimarães.

Foram diversos os temas abordados relativamente às referidas implicações, nomeadamente em matéria laboral, rescisões de contratos de trabalho, indemnizações por despedimento, IRS, IMI e processos de insolvência de pessoas e empresas.

Gonçalo Gama Lobo não tem dúvidas de que as famílias "vão sofrer nas suas vidas e nos seus orçamentos as consequências do Memorando de Entendimento, resultando daí uma situação de grande complexidade, mais de ordem económica e financeira do que jurídica".

Perante os termos do Memorando de Entendimento aquele causídico vimaranense considera não ser difícil adivinhar consequências sociais complicadas, "especialmente se baixarmos os braços e não lutarmos com determinação para recuperar da situação a que o País chegou".

